



JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E OUTROS PODERES

Maputo, 15-16 de Julho de 2024

VI Assembleia

CONFERÊNCIA DAS JURISDIÇÕES CONSTITUCIONAIS DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

REUNIÃO DO CONSELHO DOS PRESIDENTES PROJECTO DE ACTA

Por ocasião da 6ª Assembleia da Conferência das Jurisdições Constitucionais dos Países de Língua Portuguesa (CJCPLP), reunida em Maputo, no Auditório do Centro Internacional de Conferência Joaquim Chissano (CICJC), nos dias 15 e 16 de Julho de 2024, reuniu igualmente o Conselho dos Presidentes no dia 16 de Julho, pelas 9 horas e trinta minutos, na Sala nº 1 do CICJC.

Participaram na reunião:

- S.E. Conselheira Laurinda Prazeres Monteiro Cardoso, Presidente do Tribunal Constitucional de Angola;
- S. E. Ministro André Luiz de Almeida Mendonça, em representação de S.E. Ministro Luís Roberto Barroso, Presidente do Supremo Tribunal Federal do Brasil;
- S. E. Conselheiro José Pina Delgado, Presidente do Tribunal Constitucional de Cabo Verde;
- S. E. Conselheiro Lima António André, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça da Guiné-Bissau;
- S. E. Conselheira Lúcia da Luz Ribeiro, Presidente do Conselho Constitucional de Moçambique;
- S. E. Gonçalo de Almeida Ribeiro, Vice-Presidente do Tribunal Constitucional de Portugal, em representação de S.E. Conselheiro José João Abrantes, Presidente do Tribunal Constitucional de Portugal;
- S. E. Conselheiro Roberto Pedro Raposo, Presidente do Tribunal Constitucional de São Tomé e Príncipe; e
- S. E. Conselheiro Deolindo Santos, Presidente do Tribunal de Recurso de Timor-Leste.

Assistiram à reunião como convidados os restantes membros das delegações com destaque para o Exmo. Senhor Vahe Demirtshyan, Representante de S.E. Gianni Buquicchio, Presidente Emérito e Representante Especial da Comissão de Veneza.





JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E OUTROS PODERES

Maputo, 15-16 de Julho de 2024

VI Assembleia

Agenda da reunião:

1. Apresentação do Relatório de Actividades do biénio 2022-2024.
2. Apresentação da proposta de revisão dos Estatutos da CJCPLP.
3. Apresentação do projecto da revista electrónica da CJCPLP.
4. Anúncio da Presidência da Conferência para o biénio 2024-2026 e local de realização da 7ª Assembleia.
5. Intervenção da nova Presidência.
6. Conclusão dos trabalhos e troca de presentes.

1. Apresentação do Relatório de Actividades do biénio 2022-2024

Os trabalhos iniciaram com a apresentação, de forma resumida, do relatório de actividades com indicação das actividades internas da Conferência e das actividades externas ou de representação.

A respeito das actividades internas destacou-se o acompanhamento das mudanças ocorridas na presidência de cinco dos oito Tribunais membros da Conferência, a planificação conjunta do Seminário Intermédio com o Supremo Tribunal Federal do Brasil e a elaboração da proposta de revisão dos Estatutos da Conferência.

No que respeita às actividades externas e de representação, fez-se referência à participação na 20ª e 21ª Sessões do Bureau da Conferência Mundial em Veneza, Itália e à participação no 19º Congresso da Conferência dos Tribunais Constitucionais Europeus (CECC) na República da Moldávia. Adicionalmente, os membros da Conferência foram consultados acerca da proposta de Acordo de Cooperação entre a CJCPLP e a Conferência das Jurisdições Constitucionais de África (CJCA) cuja assinatura poderá ocorrer à margem do 7º Congresso da CJCA.

Às considerações e/ou questionamentos feitos em reacção à apresentação do relatório de actividades foi determinado o que se segue acerca:

- Do **pagamento e critério de fixação de quotas**: trata-se de questão pendente da 5ª Assembleia cuja discussão foi remetida para o momento do debate da proposta de revisão dos Estatutos da Conferência.





JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E OUTROS PODERES

Maputo, 15-16 de Julho de 2024

VI Assembleia

- Da **finalidade das contribuições**: foram feitas duas recomendações: (i) incluir, no Relatório, que não houve solicitação de contribuição pecuniária aos membros e (ii) manifestar um voto de louvor à presidência do Conselho Constitucional de Moçambique por ter gerido a Conferência com recurso exclusivo a meios próprios. Na sequência, foi necessário clarificar que não deve entender-se que tenha havido interrupção de contribuição no biénio 2022-2024 porquanto as contribuições pagas até à 5ª Assembleia não eram feitas ao Órgão ao qual cabia a presidência, mas serviam para suportar os custos de manutenção do sítio da Conferência. As questões referentes à utilidade, funcionamento e financiamento do sítio ditaram a sua substituição por uma opção menos onerosa, a revista digital. Em acréscimo, foi reforçada a contribuição do Supremo Tribunal Federal do Brasil com a organização do Seminário Intermédio em Brasília.
- Da **revisão do logótipo da Conferência**: foi questionada a razão para a falta de revisão do logótipo da Conferência e esclarecido que o referido mandato resultou do facto de, na 5ª Assembleia, ter sido feito uso de um logótipo não aprovado pela Conferência. A 2ª Assembleia realizada em Maputo, em 2012, aprovou o logótipo que consta do *banner* e de outros documentos de trabalho. Esta ausência de memória institucional reforça a importância de um Secretariado Permanente.
- Do **estatuto da Guiné-Equatorial**: foi questionada a razão para a não integração da Guiné-Equatorial na CJCPLP considerando que a mesma é membro da CPLP. Foi esclarecido que, além de as organizações referidas terem escopo e membros distintos – uma é uma organização política que envolve Estados e outra é uma organização de natureza jurídica que envolve Órgãos constitucionais supremos –, a integração na CJCPLP não é automática. Ela requer manifestação de interesse de adesão e aceitação pelos demais membros.

Os membros da Conferência enalteceram o trabalho realizado pelo Conselho Constitucional de Moçambique na direcção dos trabalhos da 6ª Assembleia e na gestão da Conferência no biénio 2022-2024. Na sequência, apresentaram um voto de louvor, reconhecimento e agradecimento à Presidência de Moçambique na Conferência, e de modo particular, a Sua Excelência Lúcia da Luz Ribeiro.





JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E OUTROS PODERES

Maputo, 15-16 de Julho de 2024

VI Assembleia

2. Apresentação da Proposta de Revisão dos Estatutos da CJCPLP

Na apresentação da proposta de revisão foi feita a contextualização ou fundamentação da proposta, como mandato da 5ª Assembleia.

A proposta de revisão previa a criação de sede fixa e de órgão administrativo permanente (Secretariado), o alargamento de actividades (Seminário Intermédio), a periodicidade anual das reuniões do Conselho de Presidentes e a normatização de matérias omissas (critérios de admissão, suspensão e exclusão de membros, competências dos órgãos, património e fontes de recursos, entre outros).

Dos comentários feitos previamente, por escrito, por Portugal, Cabo Verde, Brasil e Angola, e reforçados na sessão de trabalhos resulta que a revisão dos estatutos é necessária, particularmente na parte em que cria normas para as matérias omissas. Em contrapartida, a proposta introduz alterações estruturais que justificam, por um lado, uma reflexão acerca da sua natureza jurídica e, por outro lado, mais tempo de maturação para as alterações que não colheram consenso.

Seguiu-se a apreciação, na especialidade, da proposta de revisão. Por constrangimento temporal, apenas o Capítulo I foi objecto de análise e discussão.

- **Artigo 1º (Designação e sede):** o conteúdo do n.º 1 foi aprovado e o do n.º 2 não foi aprovado devendo manter-se a ideia da rotatividade da sede e a redacção vigente: *“A Conferência terá a sua sede no país do órgão de jurisdição constitucional que tiver sido escolhido como responsável pela organização da próxima reunião.”*
- **Artigo 2º (Objectivos):** a discussão restringiu-se ao nº1 tendo sido decidida a reformulação da alínea b) substituindo *“Fomentar a cooperação e a troca de experiências relativas à jurisprudência constitucional”* por *“Fomentar a cooperação e a troca de experiências relativas à jurisdição constitucional”*.

A discussão dos nº2 e nº3 do artigo 2º e dos demais articulados será realizada sob os auspícios da próxima presidência.





JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E OUTROS PODERES

Maputo, 15-16 de Julho de 2024

VI Assembleia

3. Apresentação do projecto da revista electrónica da CJCPLP

A proposta de revista electrónica da Conferência comporta a seguinte estrutura:

- Conteúdo Informativo;
- Conteúdo Técnico-Científico; e
- Referências.

A proposta, cujo conteúdo reflecte os trabalhos do Seminário Intermédio, foi aprovada com a sugestão de inclusão do questionário, das respostas elaboradas pelos membros, do relatório geral e dos comentários subsequentes referente à temática da 6ª Assembleia.

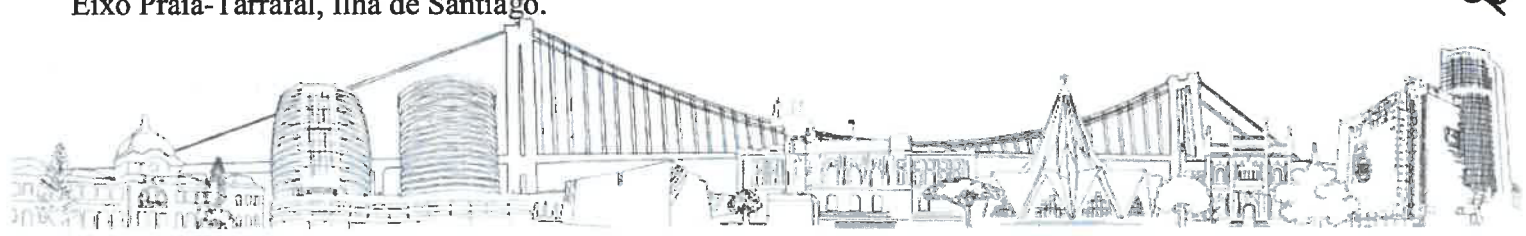
4. Anúncio da Presidência da Conferência para o biénio 2024 - 2026 e local de realização da 7ª Assembleia

A presidência da Conferência é rotativa. Os Órgãos constitucionais de Angola, Brasil, Guiné-Bissau, Moçambique e Portugal já assumiram a presidência da Conferência. Os Órgãos constitucionais de Cabo Verde, de São Tomé e Príncipe e de Timor-Leste nunca assumiram a presidência da Conferência.

O Tribunal Constitucional de Cabo Verde apresentou a sua candidatura e foi escolhido para presidir a Conferência no biénio 2024-2026. Sua Excelência Conselheiro Roberto Pedro Raposo assumiu o compromisso de o Tribunal Constitucional de São Tomé e Príncipe presidir a Conferência no biénio 2026-2028.

5. Intervenção da nova Presidência

Sua Excelência Conselheiro José Pina Delgado, Presidente do Tribunal Constitucional de Cabo Verde, referiu que o compromisso de organizar a próxima Assembleia da CJCPLP é institucional, e não apenas pessoal. Agradeceu a confiança dos seus pares e disse contar com a colaboração de todos, em particular, com a experiência do Conselho Constitucional – cuja presidência enalteceu – para levar a cabo a missão de presidir a Conferência no biénio 2024-2026. E anunciou, como perspectiva, a reunião da 7ª Assembleia no Eixo Praia-Tarrafal, Ilha de Santiago.





JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E OUTROS PODERES

Maputo, 15-16 de Julho de 2024

VI Assembleia

6. Conclusão dos trabalhos e troca de presentes

Sua Excelência Lúcia da Luz Ribeiro, Presidente do Conselho Constitucional deu por terminada a reunião do Conselho de Presidentes e a 6ª Assembleia da CJCPLP, realizada nos dias 15 e 16 de Julho em Maputo, tendo resultado das discussões que o Tribunal Constitucional de Cabo Verde ficou mandatado de dar continuidade à revisão dos estatutos da Conferência avaliando, entre outros, a pertinência do Secretariado Permanente, de publicar a 2ª edição da revista eletrónica e de organizar a 7ª Assembleia.

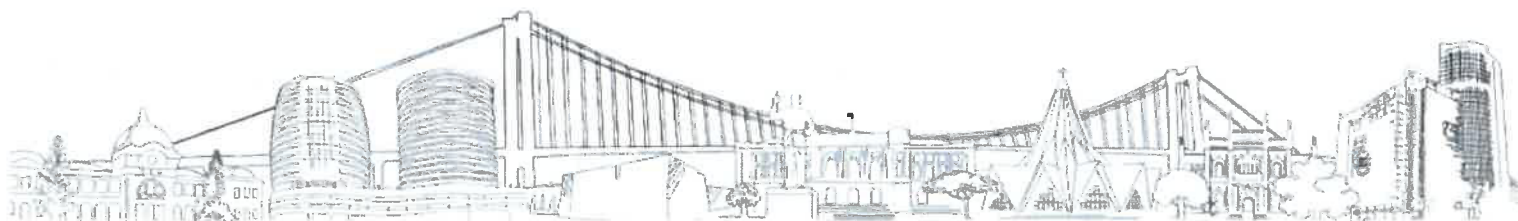
Seguiu-se a troca de presentes.

Nada mais havendo a deliberar, a reunião foi encerrada pelas 12:30 horas.

O presente projecto de Acta vai ser circulado por todos os membros, que introduzirão as alterações que considerarem adequadas.

Uma vez assinada por todos, a Acta será enviada ao Tribunal Constitucional de Cabo Verde.

22





JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E OUTROS PODERES

Ministério da Justiça - 10 de maio de 2020

Assinaturas

S. E. Conselheira Lúcia da Luz Ribeiro, Presidente do Conselho Constitucional de Moçambique

Lúcia da Luz Ribeiro

S. E. Conselheira Leânica-Frazeres Monteiro Cardoso, Presidente do Tribunal Constitucional de Angola

Leânica-Frazeres Monteiro Cardoso

S. E. Ministro André Luiz de Alcmeida Mendonça, Ministro do Supremo Tribunal Federal do Brasil

S. E. Conselheiro Lima António André, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça de Guiné-Bissau

Lima António André

S. E. Gonçalo de Almeida Ribeiro, Vice-Presidente do Tribunal Constitucional de Portugal

Gonçalo de Almeida Ribeiro

S. E. Conselheiro Roberto Pedro Raposo, Presidente do Tribunal Constitucional de São Tomé e Príncipe

Roberto Pedro Raposo

S. E. Conselheiro Deolindo Santos, Presidente do Tribunal de Recurso de Timor-Leste

Deolindo Santos

S. E. Conselheiro José Pina Delgado, Presidente do Tribunal Constitucional de Cabo Verde

José Pina Delgado

